

para o cargo de Técnico Nível Superior - Advogado;  
Apresentação do comprovante de registro no órgão de classe e respectiva regularidade;  
Certidão de nascimento, casamento ou união estável, título de eleitor, PIS/PASEP (se já cadastrado);  
04 (quatro) fotos 3x4, iguais e recentes;  
Se aposentado, requerimento de opção, conforme o Decreto nº 2027, de 10 de outubro de 1996, e a Instrução Normativa n 11 de 17 de outubro de 1996, do Ministério da Administração Federal Reforma do Estado.  
Não serão aceitos protocolos de documentos. As fotocópias deverão ser acompanhadas da apresentação do correspondente original ou autenticadas em cartório.

O candidato que, no ato da contratação, não apresentar toda a documentação, terá **automaticamente tornada sem efeito sua convocação, sendo eliminado do certame.**

A lotação dos candidatos nomeados será na cidade de Belém/PA. Para atender às determinações governamentais ou à conveniência administrativa, o Banpará poderá alterar seu Plano de Cargos, Carreira e Salários, Regulamento e Quadro de Pessoal.

Em todos os parâmetros adotados no presente Edital foram considerados os normativos e a legislação em vigor. Qualquer alteração normativa ou legislativa posterior ao lançamento do presente Edital, significará, por parte dos futuros contratados, a integral e irrestrita adesão aos regramentos vigentes, por ocasião de seu ingresso.

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:**

Fica delegada, pelo Banpará, competência à Comissão Examinadora do Concurso para:

Elaborar, corrigir, julgar e avaliar as provas e os Títulos deste Concurso Público;

Julgar os recursos previstos neste Edital.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

O Concurso terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Banpará.

Todas as convocações, avisos e resultados, inclusive os nomes dos candidatos que lograrem aprovação e classificação serão publicadas no site [banpara.b.br](http://banpara.b.br) e Diário Oficial do Estado do Pará.

Não será fornecido ao candidato, pelo Banpará, qualquer documento comprobatório de aprovação no Concurso, valendo, para esse fim, a homologação publicada no Diário Oficial do Estado do Pará.

A abertura de vagas obedecerá às necessidades administrativas do Banpará, não havendo vinculação entre a vacância original e a nomeação de candidato.

Será, também, eliminado do Concurso aquele que, quando convocado, deixar de comparecer no prazo que vier a ser fixado pelo BANPARÁ. Do mesmo modo, será eliminado do Concurso o candidato que, embora atenda à convocação, deixar de apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir do atendimento à convocação, todos os documentos listados no **item 17 - DA ADMISSÃO.**

Não será admitido ao candidato convocado solicitar adiamento de sua nomeação, sendo o mesmo eliminado do Concurso caso não possa celebrar contrato, imediatamente.

Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado no site [banpara.b.br](http://banpara.b.br).

Todos os candidatos aprovados e os que forem admitidos, ficarão sujeitos às normas regulamentares internas do Banpará.

Diante de motivo justificado, a Coordenação de Concurso poderá alterar as datas das provas comunicando aos candidatos por meio do site [banpara.b.br](http://banpara.b.br).

Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Concurso, em conjunto com a Comissão Examinadora do Concurso nomeada pelo Banco e a empresa contratada promotora do certame, no que couber.

Serão aplicáveis às provas deste Concurso Público as legislações publicadas até a data da publicação do Edital.

O presente Edital estará disponível no site do Banpará, no seguinte endereço: [banpara.b.br](http://banpara.b.br).

A Comissão Examinadora do Concurso terá a seguinte composição:

Presidente: Jean Carlos Dias

Membros: Elísio Augusto Velloso Bastos

José Claudio Monteiro de Brito Filho

Aline Aparecida Chamié Kozlovski

AUGUSTO SERGIO AMORIM COSTA

Diretor-Presidente

#### **Anexo I – Cargo, Escolaridade e Atribuições**

Cargo: Técnico Nível Superior Advogado – Nível 1

Graduação e Requisito exigido: Graduação em Direito, diploma devidamente registrado, de conclusão de curso de Direito, fornecido por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), acrescido de registro no Conselho de Classe respectivo.

Atribuições: Exercer a advocacia consultiva, o assessoramento jurídico e a representação judicial e extrajudicial da Instituição, perante as autoridades administrativas e o Poder Judiciário, em questões de natureza jurídica, patrocinando as causas que lhe forem atribuídas; prestar orientação jurídica às unidades administrativas e negociais da Instituição, instruindo-as quanto ao exato cumprimento da legislação vigente, dos julgados, determinações judiciais e requisições de autoridades públicas; zelar pela legalidade dos atos praticados em nome da Instituição, preservando seus interesses e imagem.

#### **Anexo II - Conteúdo Programático**

##### **1 – DIREITO CONSTITUCIONAL**

Constitucionalismo. Teoria Geral da Constituição. 2. Constituição. Conceito, objeto, tipos e elementos. 3. Poder Constituinte. História. Supremacia da Constituição. Modificação Formal: Poder Reformador e seus limites. Modificação Informal: Mutações Constitucionais. 4. Normas Constitucionais. Teoria dos Princípios. Aplicabilidade. Princípios específicos de interpretação. Integração. Força Normativa. Normatividade dos Princípios. Disposições Constitucionais gerais e transitórias. 5. Teoria dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais: Desenvolvimento histórico. Gerações, fundamentos, características, aplicabilidade, titularidade, funções, dimensões subjetiva e objetiva, aplicação nas relações entre particulares, conflito, limites e colisões. Direitos Humanos e a interpretação da Constituição de 1988. A atuação do Supremo Tribunal Federal na tutela dos Direitos Fundamentais no Brasil. Políticas Públicas e a efetividade dos direitos humanos no Brasil. A Teoria dos Custos dos Direitos. Direitos e Garantias Fundamentais em espécie, Individuais e Coletivos. Direitos Sociais. Direitos Políticos. Nacionalidade. Partidos Políticos. 6. Tratados Internacionais de proteção dos direitos humanos: conceito, formação, extinção e efeitos jurídicos. Sistemas e instrumentos de proteção dos direitos humanos. Hierarquia, incorporação e impacto dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro. 7. Proteção Judicial dos Direitos Fundamentais. As Ações Constitucionais. 8. Proteção não Judicial dos Direitos Fundamentais. Direito de Resistência. Direito de Petição e Direito à Informação. 9. Organização do Estado brasileiro. Princípios. Federalismo brasileiro. Organização político-administrativa. União. Estados. Municípios. Distrito Federal. Territórios. Regiões Metropolitanas. Aglomerações urbanas e micro regiões. Repartição de competências. Constituições estaduais. Leis Orgânicas dos municípios. Responsabilidade criminal e política do prefeito municipal. 10. Intervenção nos Estados e Municípios. 11. Administração Pública. Princípios Constitucionais. Disposições gerais. Improbidade administrativa. 12. Organização dos Poderes. Divisão das funções estatais. Sistema de freios e contrapesos. 13. Bens da União e dos Estados. 14. Poder Legislativo Federal. Organização e Atribuições. Processo e Procedimento legislativo. Espécies normativas. Competências legislativas. Comissões parlamentares. 15. Poder Legislativo Estadual. Atribuições. Processo e Procedimento Legislativo. 16. Poder Executivo Federal e Estadual. Atribuições e responsabilidades do Presidente da República, do Governador do Estado e de seus respectivos Vices. Secretários de Estado. 17. Impeachment. 18. Poder Judiciário Brasileiro. Organização e competência. Justiça Comuns e Especializadas. STF. STJ. Justiça Federal Comum. Justiça dos Estados. Justiça do Trabalho. Justiça Eleitoral. Justiça Militar. Garantias e Vedações. Conselho Nacional de Justiça. Súmulas Vinculantes. Princípio da inafastabilidade do controle judicial e atos políticos e interna corporis. 19. Funções Essenciais à Justiça. 20. Controle de constitucionalidade. Evolução histórica. Formas de controle. Ação Direta de Inconstitucionalidade

(ADI). ADI Interventiva. ADI por Omissão. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Suprimento de Omissões. Declaração de inconstitucionalidade e de constitucionalidade e seus efeitos. Súmula vinculante. 21. Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil. 22. Da ordem social: seguridade social. Educação, cultura e desporto. Ciência e Tecnologia. Família, criança, adolescente e idoso. 23. Da ordem econômica. Princípios da atividade econômica. Regime constitucional da propriedade. Monopólios estatais. Intervenções sancionatórias. Abuso do poder econômico. Responsabilidade das pessoas jurídicas. 24. A ponderação de bens ou valores. A proporcionalidade. 25. Jurisprudência dos tribunais superiores.

##### **2 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

Estado. Poderes. Funções. Atividades. Federação. Organização federativa e ordem administrativa. 2. Administração Pública. Regimes Jurídicos. Funções. Poderes da Administração. Reformas administrativas no Brasil. 3. Regime Jurídico Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo expressos e implícitos. Princípios da Administração Pública. 4. Organização Administrativa. Órgãos Públicos. Teorias. Classificação. Competências Públicas. Pessoas políticas e administrativas. Centralização, descentralização e desconcentração. Administração Direta e Indireta. Empresas sob controle acionário do Estado. Órgãos reguladores profissionais. Entidades Paraestatais. Terceiro Setor. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Organizações Sociais. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Formas de parceria com a iniciativa privada. Parceria Público-Privada. Consórcios públicos. Terceirização. Fomento. 5. Serviço público. Histórico. Classificação. Titularidade. Princípios. Remuneração. Serviços governamentais. Privatização. Gestão Associada. Parcerias. O regime jurídico do serviço público. Atividade econômica e serviço público. Instrumentos regulatórios de serviços públicos. Proteção do usuário de serviços públicos. Intervenção no Domínio Econômico. A regulação. Princípios. Tipos de intervenção. Competências. Agências reguladoras. Agências executivas. Organização social. Organização da sociedade civil de interesse público. Lei Federal 13.303/2016 (Estatuto Jurídico das Estatais) e Decreto Federal 8.945/2016 (que regulamenta a Lei Federal 13.303/2016). 6. Concessão, permissão e autorização de serviço público. Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado. Direitos e obrigações dos usuários. Tarifas. Limites à terceirização. 7. Poderes Administrativos. Poder Regulamentar. Poder vinculado e Poder discricionário. Poder de Polícia. Polícia Administrativa e Judiciária. Sanções. Regulamento. Competência regulamentar. Controle dos atos de regulamentação. 8. Controle da Administração Pública. Controle interno e externo. Controle jurisdicional: formação histórica, sistemas, controle jurisdicional no Brasil. Meios de Controle. Administração Pública em juízo. Recursos Administrativos. Prescrição e decadência no âmbito administrativo. Sistemas jurídico-administrativos no direito comparado. Controle da Administração Indireta. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei de improbidade. Lei anticorrupção. 9. Atos Administrativos. Requisitos. Atributos. Espécies. Efeitos. Discricionariedade e Vinculação. Discricionariedade normativa e decisória. Reserva de lei. Delegação legislativa. Vigência. Validade. Eficácia. Extinção. Fato consumado. Vícios. Nulidade e Anulabilidade: Teorias. Anulação. Revogação. Delegação e Avocação. Regulamento. Desvio de Poder. Abuso de Poder. Controle. Autotutela. Lei de Acesso à Informação. 10. Agentes públicos. Cargos, Empregos e Funções Públicas. Servidores Públicos. Militares. Normas Constitucionais. Acumulação de cargos. Sistema remuneratório. Regime Jurídico. Organização funcional. Direitos, vantagens e deveres. Servidores Estatutários. Os empregados públicos. Contratação temporária. Competências e responsabilidades dos agentes públicos. Deveres dos Administradores Públicos. Condutas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral. Mandato eletivo. Improbidade administrativa. Limites com gasto de pessoal. Regime Previdenciário à luz da Constituição Federal e Emendas Constitucionais. Aposentadoria do Servidor Público. Pensões. Processo administrativo disciplinar. Sindicância. Servidores Públicos do Estado do Pará. 11. Processo Administrativo. Princípios. Procedimento. Nulidades. Recursos. Preclusão, prescrição e decadência. Coisa julgada administrativa. Lei de Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/99) 12. Licitação. Modalidades. Inexigibilidade e dispensa de licitação.